

CORTES NA CAPES AMEAÇAM DESTRUIR PÓS-GRADUAÇÃO

FERNANDA DA ESCÓSSIA E SILVANA SÁ comunicam@adufjrj.org.br

Um corte no orçamento da Capes para 2019 terá impacto dramático para a pesquisa científica no país, com a suspensão do pagamento de 93 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto do ano que vem.

O corte é tão severo que, no dia 1º de agosto, o presidente da Capes, Abilio Baeta Neves, enviou ofício ao ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, alertando sobre os problemas. Segundo a Capes, além de suspender as bolsas, a medida interrompe programas de fomento à pós-graduação no país, tanto os institucionais (de ação continuada) como os estratégicos (parcerias com os estados e outros órgãos governamentais).

O corte paralisa o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e outros programas de formação de professores, afetando 105 mil pessoas. De acordo com a Capes, serão paralisados também o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e os mestrados profissionais do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB) – nos quais estão envolvidos mais de 245 mil pessoas (alu-

nos e bolsistas – professores, tutores, assistentes e coordenadores) em 750 cursos oferecidos por 110 instituições.

Praticamente todos os programas de fomento da Capes no exterior seriam afetados. “Um corte orçamentário de tamanha magnitude certamente será uma grande perda para as relações diplomáticas brasileiras no campo da educação superior e poderá prejudicar a imagem do Brasil no exterior”, afirma a carta. “Diante desse quadro, o Conselho Superior da CAPES apoia e solicita ação urgente do ministro da Educação”, segue.

A Adufrj e outras instituições ligadas ao ensino e à ciência vêm alertando sistematicamente para os riscos de desmonte do sistema de pós-graduação. “A perspectiva é de fim de todo o sistema de pós-graduação. A nota é quase um anúncio do fim da pesquisa no país”, comentou o professor Eduardo Raupp, diretor da Adufrj. Ele destaca a necessidade de agir rapidamente em duas frentes para tentar reverter os cortes: “De um lado, seguir a mobilização para que sejam revistos os orçamentos das agências de fomento. Mas este movimento esbarra na Emenda do teto de gastos. Por isso é importante atuar na direção de derrubar esta emenda”, completou. Procurados, Capes, MEC e Ministério do Planejamento não deram o valor dos cortes. A Capes destacou que a suspensão seria só para 2019.

EM CARTA AO MEC, CONSELHEIROS DA CAPES REAGEM



A LOJAMENTO SEM TETO, SEM PORTA E SEM VAGAS

Moradores da residência estudantil sofrem com falta de manutenção de módulos e superlotação

LARISSA CAETANO
E KATHLEN BARBOSA
comunica@adufjrj.org.br

Alunos dormindo em barracas, vazamentos, infiltrações, janelas quebradas, rachaduras nas paredes, infestação de ratos, baratas e cupins. Essas são as condições da residência estudantil da UFRJ. Um ano após o incêndio que destruiu parte da ala B do alojamento, o prédio atingido pelas chamas continua fechado. Mesmo no bloco A, reformado em 2016, muitos problemas dificultam a vida de 230 estudantes que não têm outro lugar para morar.

Moradores relataram ao **Boletim da Adufrj** que, em muitos apartamentos do bloco A, parte do teto de gesso caiu. Segundo eles, uma semana depois da reforma já havia tetos sem revestimento e ralos entupidos. O temporal de fevereiro deste ano piorou os problemas, principalmente no quarto andar. “A água caía pela escada como cachoeira.

Muitos quartos foram danificados, mofaram. Meu vizinho perdeu tudo. Tem banheiro sem porta. No meu quarto, o teto e a parede estão rachados. Tem risco de desabamento”, lamenta a aluna Joseane Rodrigues. Segundo ela, houve uma obra de fachada. “O que fazer se a universidade fecha os olhos? Preciso terminar minha graduação.”

Os moradores do alojamento pediram, pela terceira vez, uma assembleia em agosto com a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR7) para cobrar soluções para problemas estruturais e de limpeza. Uirá Clemente, aluno de Indumentária, residente há 5 anos do alojamento, cobra: “Precisamos de manutenção e dedetização. Assistência estudantil não é favor, é direito”. Os 222 moradores do bloco B, atingido pelo incêndio de 2017, recebem da Reitoria bolsas de R\$ 1.050 para aluguel.

Júlia Brandes, do DCE Mário Prata, disse que a situação do alojamento causa indignação: “A luta por melhor moradia continua”. O **Boletim da Adufrj** tentou

ouvir um representante do conjunto dos moradores, mas eles informaram que só se pronunciariam após assembleia.

PROMESSA DE NOVAS VAGAS

A UFRJ informou que estão previstas 162 novas vagas no alojamento em construção na avenida Milton Santos, numa obra que foi iniciada em 2016 e tem custo total de R\$ 7,6 milhões. Segundo o Escritório Técnico da Universidade (ETU), a obra deve ser concluída em novembro. Sobre o ritmo de trabalho, informou que, mesmo sem muita movimentação, é intenso: “Nesta metodologia em módulos, a confecção e o preparo das peças são feitos no galpão da empresa. Posteriormente, elas são montadas de forma ágil no local”.

Há outro projeto de alojamento, com mais 512 vagas em dois blocos, ao lado da Bio-Rio. O pró-reitor de Assistência Estudantil, Luiz Felipe Cavalcanti, disse que este projeto é destinado prioritariamente aos estudantes desalojados pelo incêndio e que a UFRJ está discutindo com o MEC recursos para a obra, já licitada, ao custo de R\$ 6 milhões. Enquanto isso, está completamente abandonada a obra de alojamentos ao lado do CCMN - datada de 2011, segundo o site do ETU.



FOTOS ENVIADAS PELOS MORADORES



TETO CAÍDO,

barracas e infiltrações em módulos do bloco A da residência estudantil, onde vivem 230 alunos

VÂNDALOS ROUBAM 10 SALAS NA FAU E NA EBA

Dez salas de cursos da Escola de Belas Artes (EBA) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) foram arrombadas e tiveram equipamentos roubados na madrugada do domingo (22) para segunda-feira (23). Foram levados três laptops, uma câmera, um termômetro a laser e ferramentas. A ação causou perplexidade pelo grau de vandalismo. Portas e armários foram destruídos com violência. A queixa foi registrada na Polícia Federal pela direção da FAU na terça-feira

24. “Foi muito estranho. Não levaram quase nada, mas fizeram um estrago”, relatou a diretora da FAU, Andrea Rego. “Uma das coisas que mais me chocou foi uma marca de pé descalço na parede”, completou o vice, Guilherme Lassance. A Polícia Federal colheu quatro impressões digitais. O principal alvo do ataque foi o Laboratório de Conforto Ambiental e Eficiência Energética (LCAEE), com cinco salas depredadas. O LCAEE perdeu a máquina fotográfica e um compu-

tador portátil. Para a coordenadora, Maria Maia, ficou claro que ação foi cometida por um grupo. Na Escola de Belas Artes, o mais prejudicado foi o Laboratório de Estudos em Ciência da Conservação (LECIC). Daniel Marques de Aguiar, um dos coordenadores, identificou o roubo de dois laptops e um termômetro. “Foi vandalismo. Só levaram computadores velhos. E o termômetro, acho que por causa do formato, lembra uma pistola”, disse. “É uma sensação muito



ELISA MONTEIRO

VANDALISMO: porta de salas da EBA arrombada; vigia chamou reforços e ladrões não levaram TV

ruim. Fiquei pensando se os relatórios estariam aqui”, desabafou o docente, que pretende transferir os bens de valor para a sala de uma colega, ex-orientadora, no Instituto de Química. A empresa de segurança Front informou à administração do prédio que um vigia ouviu ruídos, mas ao retornar com reforço já encontrou as salas abandonadas. “Alguns equipamentos chegaram a ser preparados para transporte, tiraram uma televisão e dois projetores da parede, mas deixaram para trás”, relatou o administrador do prédio, Zenom Gapanowicz. Foi a segunda invasão na FAU em um

mês. No dia 25 de junho, 19 computadores foram depenados e outra máquina levada de um laboratório. “O pavimento está sem luz e desativado desde o incêndio”, informou a diretora.

BALEADOS PERTO DO IPPMG

A presença de três jovens baleados perto do estacionamento do IPPMG, na segunda-feira 30, assustou a comunidade. O 17º Batalhão da Polícia Militar informou que eles vinham de um baile na Maré e chegaram feridos ao campus, sendo encaminhados ao Hospital Municipal Evandro Freire. **(Elisa Monteiro)**

É pela vida das mulheres

> **STF começa a debater descriminalização do aborto. Adufrj apoia manifestações em Brasília**

SILVANA SÁ

silvana@adufjrj.org.br

O Supremo Tribunal Federal começa a debater nesta sexta-feira, dia 3, um dos temas mais controversos no país: a descriminalização do aborto. Duas audiências públicas já estão marcadas. Elas são resultado de uma ação movida pelo PSOL com apoio da ONG Anis-Instituto de Bioética, que solicita ao STF a descriminalização. Hoje, a interrupção da gravidez é crime e a pena pode chegar a quatro anos de prisão. Apesar disso, estima-se que cerca de 500 mil mulheres façam aborto por ano no Brasil.

Argumentos favoráveis e contrários ao tema serão ouvidos nos dias 3 e 6. Para acompanhar as discussões, entidades de todo o país farão um festival em Brasília. A Adufrj participa das mobilizações. Para a vice-presidente Ligia Bahia, o debate precisa ser encarado com seriedade. “Ter ou não ter um filho é uma escolha que compete à mulher. Trata-se do direito de decisão, que precisa ser respeitado. Quando o debate é interdito, o aborto se torna um grave

problema de saúde pública”, argumenta Ligia, especialista em saúde coletiva.

A professora de Direito Penal da UFRJ Luciana Boiteux é uma das advogadas que assinam a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental movida pelo PSOL. Considera que a criminalização viola direitos. “O Código Penal é de 1940, quando mulheres eram consideradas inferiores. Reivindicamos a igualdade garantida na Constituição de 1988”, afirma. “A criminalização fere direitos das mulheres, dentre eles dignidade, direito à vida, à liberdade, direito de não ser torturada”, destaca.

Uma das autoridades a se pronunciar a favor da descriminalização é o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão. Ele falará pela Academia Nacional de Medicina, ao lado do médico Jorge Rezende Filho, professor da UFRJ. O ex-ministro destaca a queda do número de abortos em países que liberaram a prática. “Com a descriminalização vêm políticas de saúde da mulher e de educação sexual. Não é mais possível continuar apoiando a gestação compulsória. A Medicina tem condições de oferecer uma interrupção segura da gravidez.



DEBATE NO STF sobre descriminalização do aborto mobiliza entidades por mudança na lei

O debate precisa superar a barreira da hipocrisia”.

EM 2016, DECISÃO FAVORÁVEL

Em 2016, ao julgar um caso específico, a 1ª Turma do STF abriu precedente e considerou que interromper a gravidez até o terceiro mês não era crime. Votaram pela descriminalização os ministros Roberto Barroso, Edson Fachin e Rosa Weber, relatora da ação atual. Mas, em 2017, quando uma mãe mandou carta ao STF pedindo para abortar, Rosa negou.

PELA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA SBPC

Editorial do Estado de S.Paulo publicado em 28 de julho fez severas críticas à SBPC, acusando-a de lulopetismo e aparelhamento. Diversas entidades universitárias, entre elas o Consuni da UFRJ e a Adufrj, repudiaram o texto do jornal paulista. “O Editorial não é correto. A SBPC é apartidária, mas defende a liberdade de expressão de seus associados. É assim desde a ditadura. Somos plurais e continuaremos assim”, rebateu Ildeu Moreira, presidente da SBPC.

NOTAS

BEM-VINDOS, NOVOS COLEGAS

A UFRJ ganha reforço de pessoal na próxima segunda-feira, dia 6. Vão tomar posse na universidade 115 professores, sendo dez do Colégio de Aplicação, e 135 técnicos-administrativos. A cerimônia de acolhimento será realizada no auditório Roxinho, do CCMN, a partir das 10h. Convidada a falar aos novos colegas, a diretoria da Adufrj estará representada no evento pelas professoras Maria Lúcia Werneck e Ligia Bahia.

PROFESSOR PREMIADO

Professor do Instituto Coppead, Celso Lemme recebeu, no último dia 18, em São Paulo, a medalha “Temple Grandin de Bem-estar Animal”. A norte-americana Temple Grandin, que inspira a premiação, é conhecida por revolucionar as práticas para o tratamento de animais em fazendas e abatedouros. Lemme foi agraciado por suas pesquisas e pelo divulgação do conceito de bem-estar animal no mundo dos negócios.